

IAOD do Deputado Si Ka Lon em 12.01.2015

O REAJUSTAMENTO DO NÚMERO DE PESSOAL APENAS SE CONSEGUE COM A SIMPLIFICAÇÃO DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

O Governo tem sido criticado pela sociedade devido à sobreposição da estrutura administrativa, ao elevado número de funcionários públicos, à administração dos departamentos cada qual por si, e ao facto de o aumento do número de serviços e de pessoal não ter contribuído para uma melhoria da eficiência administrativa. O novo Governo já anunciou que uma maior importância será dada à “melhoria da governação”, através de uma política que vise a “simplificação da estrutura administrativa com o reajustamento do pessoal”. Porém, o Governo vai recrutar mais 2500 trabalhadores em 2015 e, com essa expansão do número de pessoal, a população duvida se o Governo conseguirá, de facto, concretizar aquela política.

A Secretária Sónia Chan afirmou recentemente à imprensa que, no relatório das Linhas de Acção Governativa para área da Administração e Justiça a divulgar no primeiro trimestre deste ano, será apresentado um plano mais pormenorizado sobre o controlo do número total de funcionários públicos, a fim de se conseguir o objectivo da “simplificação da estrutura administrativa e o reajustamento do pessoal”. Porém, como foi referido pelo Chefe do Executivo, o número total dos trabalhadores no Governo deixará de se expandir depois do reajustamento da estrutura e das competências dos serviços públicos. Isto significa que o controlo do número de funcionários públicos será um objectivo que apenas terá condições para ser conseguido depois desse reajustamento da estrutura e das competências dos serviços públicos, assim como, depois da desburocratização dos procedimentos para uma maior eficiência administrativa.

A “simplificação da estrutura administrativa e o reajustamento do pessoal” visa a governação segundo o primado da Lei, a criação de um Governo íntegro, e a prestação de serviços com eficiência e qualidade. Para isso, o cumprimento das competências dos serviços públicos é conseguido através de um processo administrativo realizado por um número razoável de funcionários. Para além do excesso de pessoal, o problema deste momento está relacionado com o enorme volume de trabalho dos serviços públicos e, por conseguinte, dos seus funcionários que, mesmo com o esforço do seu trabalho para melhorar a eficiência e o serviço que é prestado, não conseguem satisfazer a população. Por isso, para além da reforma das competências e da estrutura administrativa, assim como de uma distribuição do pessoal pelos serviços públicos, a “simplificação da estrutura administrativa e o reajustamento do pessoal” implicam também uma revisão das leis e dos procedimentos administrativos desadequados à realidade. Caso contrário, o funcionamento de sistemas desadequados à realidade vai ter como consequência o círculo vicioso de expansão do número de pessoal, arrastada pelo aumento do trabalho nos serviços.

Por exemplo, no tratamento dos problemas de infiltrações de água, o

procedimento de inspecção demora sempre alguns meses, com intervenção de vários serviços públicos, e as autoridades entendem que isto se deve à falta de pessoal, sem terem em consideração a optimização e simplificação do respectivo procedimento. Em 2013, foram abertas as candidaturas para habitação pública, e o seu resultado acabou por ser publicado só em 2014, processo que demorou 16 meses e deu muito trabalho aos funcionários responsáveis pela apreciação dos requerimentos. Onde está o problema? Não é possível optimizar e simplificar os processos acima referidos?

A optimização da estrutura do Governo, que é um dos objectivos das autoridades nas LAG, não deve depender apenas da diminuição do pessoal, devendo aquelas definir bem as funções dos serviços públicos, optimizar mecanismos, aperfeiçoar legislação e extinguir todos os processos desnecessários, e minimizar os problemas causados pela legislação, incompetência, mecanismos e procedimentos. Assim, as autoridades devem começar por simplificar os trabalhos e elevar a eficiência.

IAOD do Deputado Chan Meng Kam em 15.01.2015

A Universidade Nacional de Singapura divulgou, recentemente, os resultados de um estudo sobre os índices das condições ideais de vida das cidades chinesas em 2014. Macau ficou em primeiro lugar entre 100 cidades, e o “*Lonely Planet*”, publicação de renome internacional, considerou Macau como um dos melhores locais turísticos a visitar em 2015, a única cidade dos dois lados do estreito a ocupar um lugares na lista dos dez melhores locais turísticos a visitar.

Os principais critérios para a aferição das referidas condições ideais de vida são a dinâmica económica, a competitividade, a segurança e estabilidade social, a situação da cultura, e a governação, entre outros, ao passo que para os melhores locais turísticos a visitar são os serviços e o ambiente, entre outros. Alguns dos critérios são semelhantes para ambas as situações, por exemplo, o dinamismo socioeconómico, a estabilidade e segurança, o ambiente político e natural, os transportes, cuidados de saúde, ensino, nível de civismo e qualidade dos serviços, entre outros. Numa das listas Macau domina e na outra ocupa um lugar de destaque, ou seja, temos algumas vantagens, o que é motivo de orgulho. No entanto, o Governo e os residentes sabem bem quais são as nossas desvantagens, portanto, há que ser pragmático e que avançar, firmemente, rumo à criação de uma nova imagem de cidade com condições ideais de vida e de local turístico a visitar.

Neste momento, o PIB de Macau ocupa já os primeiros lugares do ranking mundial. Recentemente, a Direcção dos Serviços de Estatística e Censos divulgou que o rendimento médio dos residentes ultrapassou as 580 mil patacas em 2013. As nossas vitalidade e competitividade económicas são mundialmente famosas e as pessoas pensam que todos os residentes de Macau são ricos. Aqueles números não reflectem a verdade, de facto, os residentes não estão contentes com a situação real, portanto, o Governo tem que mostrar mais sabedoria ao nível da sua gestão, nomeadamente, quanto a reduzir o fosso entre ricos e pobres, e a resolver as fortes contradições na distribuição de recursos.

Após o Retorno à Pátria, a sociedade e a segurança tem-se mantido estáveis. Mas, tendo em conta factores internos e externos e ainda o ambiente que nos rodeia, é natural que se tenham de enfrentar novas situações ao nível da segurança. O processo de rápido desenvolvimento de Macau levou ao aumento dos crimes, nomeadamente no sector do jogo, e do número de turistas que atingiu as dezenas de milhões por ano, por isso, temos de assumir o sentido de risco para conseguir garantir a segurança quer dos residentes quer dos turistas.

Macau é uma cidade pequena mas ocupa o primeiro lugar do mundo em densidade populacional e de veículos. O ambiente social e o meio natural em que vivemos enfrentam desafios, por isso, é necessário formular novas ideias e agir no âmbito do desenvolvimento urbanístico e da protecção ambiental.

A acessibilidade dos transportes é um indicador importante para avaliar se as cidades são habitáveis e atraem os turistas. Macau tem apenas 30 metros quadrados, é mais pequena do que alguns bairros de muitas cidades, por isso, as pessoas conseguem chegar ao seu destino em pouco tempo, mesmo com engarrafamentos do trânsito, os residentes só se queixam do trânsito porque o acesso aos transportes públicos é cada mais difícil. Com vista a transformar Macau numa cidade habitável e num local turístico a visitar, há que resolver os problemas do trânsito, nomeadamente o acesso aos transportes públicos, a recusa de transporte pelos taxistas, o elevado número de veículos em circulação nas nossas limitadas vias, as dificuldades de estacionamento e o constante agravamento da situação do trânsito.

A assistência médica é outro indicador importante, para além de demonstrar também as funções regionais e os serviços de uma cidade. O novo Governo já assumiu a sua determinação em proceder à reforma do sistema de saúde, o que é bom! Mas para conseguir alterar a actual imagem negativa, o Governo tem de prestar provas, com actos e resultados.

A educação, o humanismo e o nível dos serviços determinam a vitalidade da economia e a capacidade concorrencial de qualquer cidade. Em Macau, a escolaridade gratuita abrange 15 anos e não são poucas as instituições de ensino superior, tendo em conta a população. Macau dispõe de melhores recursos do que muitos outros países e territórios, mas no que respeita à formação de elites e ao humanismo, ainda se está muito aquém do desejável. Outra questão a considerar é a formação profissional. Tendo em conta as limitações de recursos humanos, existem problemas na qualidade dos serviços. Estabelecendo a comparação com outras cidades turísticas, os nossos trabalhadores sorriem menos, não têm competências técnicas suficientes, ao que se junta ainda o envelhecimento da população. Portanto, há que encarar todos estes problemas.

Graças ao rápido desenvolvimento e à construção de grandes empreendimentos depois do regresso à Pátria, Macau passou de aldeia piscatória a uma cidade da China com condições ideais para viver e a um dos melhores destinos turísticos do mundo, portanto, o Governo e os residentes têm-se esforçado nesse sentido, para dar resposta ao seu posicionamento de centro turístico e de lazer a nível mundial. Mas os problemas são inevitáveis e não devemos fugir deles. Portanto, sugiro ao novo governo da RAEM que reforce a sua capacidade de gestão, assegure a estabilidade e harmonia sociais, mantenha a competitividade da economia, e avance com toda a seriedade com a diversificação económica, em vez de depender apenas do jogo enquanto sector dominante. Para além disso, deve reforçar a gestão ao nível dos serviços e do planeamento ambiental, resolver os problemas do trânsito, implementar a primazia dos transportes públicos, abrir quanto antes concurso público para a construção do troço do metro ligeiro na península de Macau, redistribuir os recursos de saúde, elevar a qualidade dos serviços de saúde e acelerar a construção do hospital das Ilhas. A qualidade da educação é também muito importante, portanto, o Governo deve reforçar a formação de quadros qualificados e a formação profissional, elevar

os conhecimentos gerais e técnico-profissionais dos residentes, deve enriquecer os recursos turísticos, reforçar a capacidade de recepção de turistas e elevar a qualidade dos serviços, de modo a transformar Macau numa cidade agradável para habitar e visitar, atraindo assim mais pessoas.

IAOD dos Deputados Kou Hoi In e Cheang Chi Keong em 12.01.2015

Nos inícios do Retorno à Pátria, o Governo da RAEM definiu que a sua política económica assentava no sector do jogo como dominante, atribuindo aos sectores dos serviços um papel importante e aos restantes um papel complementar em coordenação com estes. Com os esforços despendidos ao longo de mais de dez anos, e com a promoção dos sectores do turismo e do jogo, também se registou o crescimento de outros sectores, tais como a venda a retalho, a hotelaria, a restauração, etc.. Porém, para que o sector dominante possa continuar a desenvolver-se e até exercer algum efeito de incentivo para os outros sectores, no sentido da efectiva concretização da diversificação económica, o Governo tem de continuar a apoiar o desenvolvimento das PME.

O papel das PME é importante para a diversificação económica, uma vez que o desenvolvimento quer daquelas quer desta está interligado. Porém, neste momento, as PME enfrentam, determinadas limitações, nomeadamente, a falta de recursos humanos e as restrições impostas pela lei laboral.

As PME já há muito tempo que falam do problema da falta de recursos humanos, no entanto, levantam-se sempre as vozes de oposição à importação de trabalhadores, defendendo que esta afecta o emprego dos locais. Assumindo uma visão realista, o desenvolvimento sustentável da economia exige, naturalmente, mão-de-obra, pois sem recursos humanos o desenvolvimento económico e a qualidade dos serviços são afectados, já para não falar da diversificação económica e da construção do Centro Mundial de Turismo e de Lazer. Os diversos sectores da sociedade devem reflectir sobre a importação de trabalhadores, se esta, de facto, “rouba oportunidades ou aumenta as oportunidades de emprego”. Espera-se que as autoridades assumam uma atitude de maior abertura e uma visão prospectiva no respeitante à apreciação e autorização da importação de trabalhadores.

É de salientar o caso dos motoristas não residentes. A sociedade opõe-se e está preocupada que a contratação de motoristas não residentes leve ao despedimento dos locais e à eventual redução dos seus salários. Na nossa opinião, estas preocupações têm a ver com a gestão do Governo, portanto, a contratação de recursos humanos não deve ser influenciada pela má gestão, nem proibida com base em previsões. O Governo não consegue dar resposta às necessidades dos residentes e deve pensar nos transportes de mercadorias, que estão directamente relacionados com a vida da população, deve proceder, quanto antes, à contratação de motoristas para aquele sector, a fim de satisfazer as necessidades da população.

Na opinião do sector empresarial, a Lei das Relações de Trabalho foi revista com base na legislação definida para o desenvolvimento industrial, por isso, não se consegue adequar-se ao actual desenvolvimento social nem às práticas de todos os dias. A referida Lei não dispõe de mecanismos de concertação, engloba

todas as profissões, e afecta e impede, em certa medida, o desenvolvimento dos diversos sectores, o que constitui uma preocupação para o sector empresarial.

Solicitamos ao Governo que proceda, em primeiro lugar, à revisão da Lei Laboral, assumindo novas perspectivas e tendo em conta o posicionamento de Macau enquanto centro mundial de turismo e lazer. A lei deve ser revista por forma a permitir a negociação e tendo em conta a situação das diversas profissões, com vista a permitir relações laborais mais flexíveis, contribuindo assim para a harmonia entre ambas as partes e para a redução dos conflitos, pois só assim será possível resolver muitos dos actuais problemas.

Em segundo lugar, deve acelerar o processo legislativo sobre o regime de trabalho a tempo parcial. É natural e compreendemos que existam divergências de opinião entre as partes patronal e laboral sobre a matéria, e que seja impossível chegar a um consenso. Assim sendo, o Governo tem de reforçar o seu papel de coordenação com vista a diminuir as divergências e a conseguir o consenso. Devem abandonar-se os pensamentos antigos e definir, quanto antes, um regime exequível e adequado para o trabalho a tempo parcial, com vista à respectiva coadunação com o desenvolvimento da nossa economia.

O novo Governo da RAEM já iniciou funções, portanto, esperamos que os novos dirigentes assumam novas perspectivas e definam novas medidas para resolver os diversos problemas sociais. No âmbito da economia, esperamos que consigam, através da adopção de políticas e medidas, criar melhores ambiente de negócio e rumos de desenvolvimento para os sectores industrial e comercial.

IAOD do Deputado Chui Sai Peng em 12.01.2015

Utilização racional da reserva financeira para o desenvolvimento da diversificação

O crescimento, quer na dimensão, quer nas receitas, quer no número de trabalhadores do sector do jogo de Macau, acelerado desde a sua liberalização, tem acarretado o aumento multiplicado da receita da REAM nestes últimos anos. Criou-se assim uma relação de simbiose entre este sector, o emprego dos residentes e as receitas do Governo. Contudo, tendo sido registada nestes últimos 7 meses a queda das receitas do jogo e alargada gradualmente a sua taxa de queda, o que originou logo a discussão e o anseio por parte da sociedade, receia-se que qualquer mudança no sector predominante possa surtir um efeito em cadeia, afectando assim a vida da população. Esta é umas razões por que os dirigentes do Estado e o Governo da RAEM têm vindo a alertar ao longo dos anos para pensarmos na adversidade em tempos relativamente pacíficos e promovermos o desenvolvimento da diversificação adequada das indústrias.

Quando o risco é maior, há que reflectir calmamente para enfrentá-lo. Olhando para os dados estatísticos divulgados pela Direcção dos Serviços de Estatística e Censos (DSEC) nestes últimos anos, as receitas do jogo de Macau, desde a sua liberalização, têm mantido um aumento estável. Só em 2008, devido à instabilidade da economia mundial, registou-se num período curto uma queda das respectivas receitas, mas, desde 2009 até Fevereiro do ano passado, estas têm continuado a aumentar de forma rápida. A maior receita bruta do jogo registada por mês atingiu o valor de 38 mil milhões de patacas. Só em Junho do ano passado é que o seu aumento começou a abrandar. A situação manteve-se até Dezembro. A queda de 30% das receitas do jogo levou à descida da venda a retalho dos produtos de luxo. Há muitas vezes a manifestarem grande preocupação com o futuro emprego dos trabalhadores da linha de frente do sector.

De facto, mesmo com a queda, as receitas brutas relativas ao mês anterior ascenderam a mais de 23 mil milhões de patacas. Mas o que significa isto? O correspondente ao valor de Novembro de 2011, ano em que se registou uma receita total em impostos sobre o jogo da ordem dos 99,6 mil milhões de patacas, uma despesa global de 49 mil milhões de patacas e uma taxa de desemprego de 2,1%. Mesmo assim, dava para atribuir a cada residente permanente 7 mil patacas, no âmbito do plano de participação pecuniária. Segundo o orçamento financeiro para 2015, as despesas globais previstas rondam os 83,7 mil milhões de patacas, portanto, mesmo que as receitas brutas globais regridam até aos valores verificados em 2011, as receitas provenientes do imposto sobre o jogo dão ainda para as suportar. Uma comparação com outros dados leva a concluir que é de esperar uma inversão na tendência de subida das rendas e um alívio da pressão sobre o preço dos produtos e os demais encargos de vida. É por isso que se exige um estudo profundo sobre as regras de desenvolvimento natural de cada uma das actividades e uma análise racional dos seus impactos, para se ganhar

um maior sentimento de risco e não haver uma atitude demasiadamente pessimista ou de reacção prematura face às adversidades.

Aprovou a Assembleia Legislativa em 2011 a Lei n.º 8/2011 (Regime das Reservas Financeiras), para que haja uma gestão transparente e sistemática dos saldos financeiros por parte do Governo, e para “retirar o máximo proveito desses recursos e precaver os futuros riscos financeiros”. Afirmou o Chefe do Executivo, muito claramente, que o novo Governo ia consagrar um mecanismo de longa eficácia de redistribuição das riquezas, criar mais espaços de desenvolvimento para as PME e assegurar a suficiente cobertura financeira das despesas com o bem-estar da população, o que bem mostra que o Chefe do Executivo tem uma clara visão sobre o rumo da economia e a importância de maximizar os saldos financeiros e prevenir os futuros riscos. Em poucos anos, ganhou a reserva extraordinária uma nova dimensão, o que obriga o Governo a utilizá-la atempada e adequadamente para dinamizar, através de planeamento, o desenvolvimento de Macau, de uma forma sustentável e de longo prazo, e criar um mecanismo de garantias, são e de longo prazo, para o bem-estar da população.

A par disto, o Governo deve abrir mais fontes de rendimentos e conter ao mesmo tempo as despesas. Abrir fontes reveste-se de uma grande importância e é como uma tática no jogo de futebol em que “a melhor defesa é o ataque”. Em concreto, há que alargar os espaços de desenvolvimento para as pessoas de Macau, sobretudo jovens e investidores, promover estudos, com enfoque e esforços, sobre a modernização das indústrias tradicionais, e optar apenas pelo desenvolvimento das novas indústrias com futuro, a par de uma participação directa na cooperação regional que amplie os horizontes para a realização dos sonhos. Assim, espero que o novo Governo tenha uma política económica adequada, servindo-se do Conselho Consultivo para a Transformação num Centro Mundial de Turismo e Lazer, que o Chefe do Executivo se propôs criar, como motor para a implementação da diversificação económica, e se empenhe cautelosamente na inovação, para a população se interessar pelo desenvolvimento de longo prazo da sua terra e enfrentar as oportunidades e desafios, bem como contribuir, com a sua força e sabedoria, para a definição de políticas estratégicas que permitam a Macau agarrar as oportunidades que se avizinham nesta nova conjuntura para, com a aplicação dos recursos obtidos a muito custo, criar um melhor futuro para a sua população.

IAOD da Deputada Son Pek Kei em 12.01.2015

Quinze anos após o Retorno, os frutos do desenvolvimento económico são bem brilhantes. De acordo com os dados de Dezembro do ano passado da Direcção dos Serviços de Estatística e Censos, o rendimento *per capita* dos residentes de Macau em 2013 foi de cerca de 580 mil patacas, o que representa 48 mil patacas mensais. Para um simples trabalhador, este valor é quase astronómico e inacreditável, pois o salário médio divulgado, no último trimestre, era apenas de 15 600 patacas, pelo que a diferença entre estes dois últimos número é enorme. Nos últimos anos, os cofres do Governo têm estado a abarrotar de dinheiro devido ao desenvolvimento económico, mas o simples trabalhador não sente a sua qualidade de vida a melhorar, pelo contrário, com o desenvolvimento em flecha da economia, esta acarreta uma subida acentuada dos preços dos produtos de Macau, por isso, as classes baixa ou média da sociedade sentem dificuldades.

Pelo exposto, com vista a diminuir a diferença entre pobres e ricos, assim como a pressão de vida das classes mais baixas da sociedade, o Governo da RAEM implementou muitas medidas de apoio social nos últimos anos, nomeadamente, a comparticipação pecuniária, o subsídio provisório de invalidez e o programa de apoio alimentar de curto prazo, assim como referiu que o valor mínimo de subsistência vai ser aumentado a partir do dia 1 de Janeiro do corrente ano, estipulando que o valor de um agregado familiar constituído por 1 membro será aumentado para 3920 patacas, e de um com 2 membros será aumentado para 7200 patacas. Os residentes ficam contentes pelo Governo aumentar atempadamente este valor, mas esta alegria é passageira, porque, na realidade, a pobreza da classe baixa não é resolvida, nomeadamente, para “os caracóis sem concha” que têm de arrendar uma casa, sendo a questão da habitação a mais premente e que maior dor de cabeça acarreta a estas pessoas. Nos últimos anos, o Governo implementou o plano provisório de atribuição de abono de residência a agregados familiares da lista de candidatos a habitação social, assim como aumentou gradualmente o valor deste abono até 1650 patacas, para os agregados familiares constituídos por 1 a 2 membros, e 2500 patacas, para os agregados familiares constituídos por 3 ou mais membros, mas estes montantes nem metade do valor das rendas conseguem pagar e as despesas da classe baixa com a habitação são praticamente mais de metade do valor dos seus rendimentos. Em Macau, a fórmula de cálculo do valor mínimo de subsistência não inclui o item da habitação, porém, este é um bem de primeira necessidade, pelo que a classe baixa “terá de fazer sempre contas à vida”, retirando do valor mínimo de subsistência que recebe o necessário para cobrir as despesas com a renda, a fim de enfrentar as despesas da vida.

Ao mesmo tempo, perante os elevados preços e rendas dos imóveis, a qualidade de vida da classe média não consegue melhorar e, para sobreviverem, muitos têm que trabalhar no sector do jogo. Sabe-se que a classe média não é beneficiária do plano provisório de atribuição de abono de residência a agregados

familiares da lista de candidatos a habitação social, mas tem que pagar as altas rendas, e os que compraram casa tornam-se “escravos da banca” de longo prazo.

Pode-se ver que o problema de habitação é um factor relevante, que faz com que os residentes da camada de base não consigam “fugir da pobreza” e que a classe média tenha dificuldade em melhorar a sua qualidade de vida. Assim, o novo mandato do Governo deve fazer o seguinte: apoiar os grupos das camadas mais vulneráveis a “saírem da pobreza”, criar condições de concorrência justa para que consigam viver à custa do seu trabalho e melhorar a sua qualidade de vida, no sentido de diminuir o fosso entre ricos e pobres.

O Governo deve definir de forma científica as políticas para os assuntos relevantes. Antes de mais, ajustar o abono de residência e melhorar a política de habitação para acalmar a preocupação da população e melhorar as suas condições de habitabilidade; em segundo lugar, o Governo deve adoptar medidas mais eficazes de apoio ao emprego, criar uma plataforma alargada de desenvolvimento para os grupos das camadas mais vulneráveis, ou seja, o recurso ao meio de “ensiná-los a pescar,” para estes conseguirem ganhar “as suas sopas” e terem sucesso nas suas profissões. Por fim, com vista à melhoria da qualidade de vida da classe média, o Governo deve definir o regime de credenciação profissional em diversas profissões, e insistir em concretizar os princípios de formação e contratação com prioridade dos residentes, para estes conseguirem desempenhar funções a nível de direcção em qualquer sector. Isto é, deve adoptar diversas medidas para criar plataformas diferentes para a respectiva formação, no sentido de melhorar a sua qualidade de vida e diminuir o fosso entre ricos e pobres, pois só assim é que a sociedade pode ser mais harmoniosa e estável.

IAOD do Deputado Zheng Anting em 12.01.2015

Espera-se que o novo Governo dê prioridade à resolução do problema do trânsito

Sr. Presidente,
Caros colegas,

A minha intervenção de hoje tem por tema: “*Espera-se que o novo Governo dê prioridade à resolução do problema do trânsito*”.

Em 20 de Dezembro passado, celebrou-se o 15.º Aniversário do retorno de Macau à Pátria e assistiu-se à tomada de posse dos membros do novo Governo. A sociedade deposita grandes esperanças no novo Governo, especialmente para resolver os problemas de habitação e trânsito, bem como outras questões relacionadas com a vida quotidiana, portanto, são muitas as suas expectativas.

Que Macau conheceu, nestes últimos anos, um exponencial crescimento económico, é um facto, mas este trouxe também muitas questões que afectam a vida quotidiana dos residentes, tais como, a subida do preço dos imóveis, a inflação, a carestia do nível de vida e a falta de capacidade de acolhimento e atendimento de visitantes, o que reflecte uma desarticulação, em certo grau, com o desenvolvimento socioeconómico e fez emergir profundas controvérsias. Frisou o Chefe do Executivo, Chui Sai On, no discurso de tomada de posse, que a prioridade é a de resolver os assuntos que têm a ver com o bem-estar dos residentes. Então, qual será o tema social que mais preocupa os residentes?

Durante as eleições para o cargo do Chefe do Executivo, foram recolhidas cerca de 120 mil opiniões e sugestões dos vários sectores da sociedade, das quais, a questão mais referida foi a do trânsito. O Gabinete de Estudo das Políticas referiu que a maioria da população está preocupada com as questões, nomeadamente, da primazia dos transportes públicos, do controlo do aumento do número de veículos, do aumento do número de parques de estacionamento, da melhoria do serviço de táxis, da construção, com a maior brevidade, do metro ligeiro, da melhoria de gestão das vias, do melhoramento dos congestionamentos de trânsito e do estado do trânsito em geral. Existem opiniões concretas que apontam para a necessidade de melhoria dos serviços de autocarros, dos seus itinerários e do respectivo modelo de funcionamento. Quanto ao serviço de táxis, nos últimos anos, existiram muitos problemas relacionados com más condutas, nomeadamente, a escolha de clientes, a recusa de transportar clientes, o abuso na cobrança de tarifas e a opção por um caminho mais longo para chegar ao destino, questões que não param de acontecer e alastram entre os profissionais deste ramo, diminuindo assim a qualidade do serviço prestado. Recentemente, os serviços competentes lançaram o documento de consulta para a alteração do “Regulamento do Transporte de Passageiros em Automóveis Ligeiros de Aluguer ou Táxis” e os serviços competentes estão a estudar, com o sector e a sociedade, os métodos de combate aos actos ilegais deste sector, onde se inclui o

mecanismo de “agente infiltrado”, a instalação de um sistema de videovigilância, o agravamento das sanções, assim como o cancelamento da licença de táxi, contudo, este regulamento ainda não foi apresentado. Nos últimos dias, os serviços competentes começaram a aplicar a lei com “agentes à paisana”, com vista a combater os actos ilegais dos taxistas, sendo este método mais fácil de ser aceite pelo sector, em comparação com o mecanismo de “agente infiltrado”. Contudo, de acordo com o Regulamento n.º 3/2008, mesmo que o agente policial à paisana finalize as averiguações e a recolha de provas, é dado seguimento ao processo no serviço público competente, pois a competência para o levantamento do auto de infracção cabe à DSAT. Como todos estes procedimentos demoram um certo tempo e as multas são leves, o combate a estes actos ilegais não tem o efeito desejado.

Pelo exposto, com vista a combater eficazmente as infracções verificadas no serviço de táxis, sugiro que o Governo proceda à revisão da respectiva lei, criando um grupo interdepartamental de trabalho com pessoal vindo das áreas de administração e justiça, transportes e obras públicas, e segurança. Para além disso, a competência dos órgãos policiais para a execução da lei deve ser alargada para reforçar a eficácia do trabalho, nomeadamente, no combate às infracções neste sector, para atenuar as dificuldades em apanhar táxi por parte de cidadãos e turistas.

Sabe-se que os congestionamentos de trânsito em Macau são bastante graves, por esta região ter pouco espaço e muitos carros, causando grandes dificuldades de deslocação aos cidadãos, para o trabalho e para a escola, e aos turistas, para visitarem a cidade. Segundo um inquérito, os factores principais que afectam o sentimento de felicidade dos cidadãos de Macau são, por ordem: o trânsito, os preços dos bens de consumo e as condições de habitabilidade. O primeiro é o trânsito, o que mostra que a população sofre muito com este problema. Caso o Governo não faça a devida reflexão sobre isso e não tenha a firme determinação de resolver este problema, independentemente de qualquer meio, certo é que a situação vai agravar-se e a insatisfação da população vai aumentar. Para acalmar esta insatisfação, o primeiro problema ligado ao quotidiano dos residentes que o novo mandato do Governo tem de resolver é o do trânsito. Só forem adoptadas medidas viáveis, pode-se atingir o objectivo, referido pelo Presidente Xi Jinping, de “andar de forma mais estável e melhor”. Muito obrigado, Sr. Presidente!

IAOD do Deputado Ho Ion Sang em 12.01.2015

O Posto Fronteiriço das Portas do Cerco situa-se na zona Norte de Macau e é o local com maior fluxo de turistas. Segundo os dados estatísticos de Outubro de 2014, do total das pessoas que atravessaram a fronteira naquele mês, 76,64% passaram através das Portas do Cerco. O terminal subterrâneo de autocarros da Praça das Portas do Cerco é um dos núcleos de transportes importantes de Macau e, neste momento, 19 linhas de autocarros públicos e muitos autocarros de turismo também o utilizam como terminal final ou de correspondência. Porém, ao longo dos tempos, a falta de planeamento geral das vias tem causado engarrafamentos e confusão a nível do trânsito, o que foi alvo de críticas da população e dos turistas, e tem trazido implicações para a imagem de cidade turística de Macau.

Como todos sabem, Macau é uma sociedade com muitas pessoas e veículos, e a estrutura das vias públicas, a alta densidade habitacional e as vias estreitas também são alguns dos factores desfavoráveis para o desenvolvimento do sistema de tráfego. Para aperfeiçoar o problema grave do trânsito, o Governo apresentou, em 2010, a ideologia de “servir melhor a população e primazia dos transportes públicos”. Ainda, através da “Política Geral do Trânsito e Transportes Terrestres de Macau 2010-2020”, pretendeu concretizar “a primazia dos transportes públicos” como conteúdo nuclear da política geral de trânsito. Isto recolhe o consenso dos diversos sectores sociais, só que o referido núcleo de trânsito das Portas do Cerco não consegue acompanhar o desenvolvimento social, ou seja, os problemas de deslocação dos residentes e dos turistas ainda estão por resolver.

Na verdade, o referido Terminal entrou em funcionamento em 2004 e, devido a falhas de concepção, registaram-se vários problemas e polémicas. Embora o Governo tenha adoptado várias medidas de aperfeiçoamento, os resultados não foram satisfatórios. Ademais, cerca de 40% da população habita na zona Norte de Macau, perto das Portas do Cerco, e esta zona tem que enfrentar desafios em relação aos problemas de capacidade de acolhimento e deslocações, devido ao rápido desenvolvimento económico. Neste momento, a maioria dos residentes e turistas prefere passar as fronteiras através do posto das Portas do Cerco, o que leva à saturação das instalações e equipamentos complementares da zona. Por isso, a sociedade em geral espera que o Governo possa definir um novo planeamento em relação às Portas do Cerco e ponderar construir um grande centro comercial, no sentido de resolver, quanto antes, a situação de trânsito da área e aperfeiçoar o ambiente comercial da zona Norte, elevando-se, assim, a capacidade concorrencial da cidade.

Nestes 15 anos a seguir à transferência de poderes, o desenvolvimento económico e o posicionamento de Macau, enquanto Centro Mundial de Turismo e Lazer, trouxeram novas exigências para os planeamentos urbanístico e da zona das Portas do Cerco, com vista a transformar Macau numa cidade mais habitável.

Neste contexto, saber utilizar racionalmente os recursos limitados das vias públicas, assegurar os direitos e as oportunidades de cada cidadão e visitante na escolha da forma de mobilidade, e procurar o ponto de equilíbrio da estabilidade do desenvolvimento social, tudo isto é um teste à sabedoria e coragem dos governantes.

Assim, o Governo deve, através da construção da nova passagem fronteiriça Guangdong-Macau e do metro ligeiro, proceder, quanto antes, ao planeamento do trânsito da zona do posto fronteiriço das Portas do Cerco e da envolvente, a fim de resolver os problemas de mobilidade dos cidadãos e dos visitantes, bem como transformar as Portas do Cerco num moderno centro modal de transportes. Deve ainda estudar a viabilidade de transformar o posto fronteiriço das Portas do Cerco numa plataforma de comércio e desenvolver o turismo comercial, estudar a viabilidade do metro ligeiro interurbano Guangdong-Macau, concretizar o posicionamento de Macau enquanto Centro Mundial de Turismo e Lazer, promover o desenvolvimento sustentável e diversificado da economia, elevar a competitividade de Macau face ao planeamento das regiões do delta do Rio das Pérolas, e transformar Macau numa cidade com transportes acessíveis, amiga do ambiente, habitável e pólo de atracção de turistas.

IAOD da Deputada Wong Kit Cheng em 12.01.2015

Exorto o Governo a concretizar o reordenamento dos bairros antigos

Nos últimos anos, o Governo despendeu imensos recursos nos trabalhos legislativos sobre o regime jurídico de reordenamento dos bairros antigos, mas a respectiva proposta de lei acabou por ser “retirada” na última Legislatura. No ano passado, o Governo referiu que ia apresentar esse regime jurídico por partes à Assembleia Legislativa para apreciação, começando pelas matérias menos polémicas. Depois de definida esta linha de orientação, o Governo devia ter logo iniciado os respectivos trabalhos, no entanto, já passou mais de um ano desde o início desta Legislatura sem que se ouvissem quaisquer notícias sobre o processo. Os residentes continuam a aguardar mas, até à data, nada foi avançado. O Governo chegou a dizer que podia recorrer à figura da permuta para promover o reordenamento dos bairros antigos, mas já se passaram seis meses e não houve qualquer seguimento.

Por outro lado, o Chefe do Executivo, através do seu despacho de 8 de Novembro de 2011, prorrogou por mais três anos a duração do Conselho Consultivo para o Reordenamento dos Bairros Antigos, ou seja, até 8 de Novembro de 2014. O estranho é que esse prazo já caducou há dois meses e, até ao momento, ainda nada se ouviu sobre esse órgão. Será que já foi extinto ou o Governo tem outras ideias? Se foi extinto, pergunto, como é que o Governo vai continuar a promover os trabalhos de reordenamento e a ouvir as opiniões da sociedade?

Alguns prédios do Bairro Iao Hon já têm 50 anos. Muitos moradores esperam, através do reordenamento, ver melhorado o ambiente do bairro e elevada a qualidade de vida. Com o reordenamento dos bairros antigos pode planear-se a construção de mais fracções habitacionais, resolvendo-se assim o problema da dificuldade em encontrar terrenos, sempre invocado pelo Governo para não criar mais habitações. Este deve então concretizar, quanto antes, os trabalhos de reordenamento, definindo o calendário e o conteúdo da respectiva proposta de lei, dando seguimento ao que afirmou várias vezes no ano passado, ou seja, apresentar, por partes, o Regime Jurídico de Reordenamento dos Bairros Antigos, de modo a proporcionar tempo suficiente para a sua discussão. Nos projectos de reordenamento, o Governo pode, mediante ajustamento das respectivas medidas administrativas, dar prioridade à resolução de problemas como a dupla tributação, imposto sobre a transmissão de imóveis, alargamento da volumetria, empréstimos sem juros, etc., não pode? E a percentagem de proprietários necessária para consentimento da reconstrução em causa, o alojamento temporário, a conjugação com a permuta de terrenos na Zona “A” dos Novos Aterros Urbanos, etc., são questões importantes que devem ser também objecto de auscultação e discussão públicas.

Finalmente, o mandato do Conselho Consultivo para o Reordenamento dos Bairros Antigos terminou no ano passado, mas ainda não foi publicada a sua nova

composição, o que suscitou bastantes insinuações na sociedade. O Conselho vai continuar ou vai acabar? O Governo deve então clarificar a situação, e se o Conselho for para manter, espero que se pondere o ajustamento das suas funções, de modo a melhorar as orientações e a participação nos trabalhos de reordenamento.

IAOD de Tsui Wai Kwan em 12 de Janeiro de 2015

Recentemente, a Polícia de Macau recusou, nos termos da Lei de Bases da Segurança Interna, a entrada de alguns indivíduos de diferentes identidades e com diferentes propósitos. Numa carta entregue ao Comissariado contra a Corrupção (CCAC), a Associação de Novo Macau criticou as autoridades policiais por abuso da Lei, questionando ainda a eventual ilegalidade administrativa e a prevalência do factor político sobre a Lei.

Em todos os países e regiões existem políticas e leis próprias sobre as entradas e saídas que, naturalmente, permitem o impedimento da entrada a pessoas inadmissíveis. Tais situações nunca foram exageradas nem criticadas pelos povos desses países e regiões, nem justificadas publicamente pelas autoridades, por não haver, de facto, necessidade, pois é sempre importante prevenir. As autoridades policiais de Macau actuaram de acordo com a Lei, mas levaram com duras críticas por parte de associações que, com segundas intenções, apresentaram, inclusivamente, queixa, junto do CCAC, o que, de facto, não se compreende.

Na realidade, a Associação em causa já tem precedentes no que respeita a aliar-se ao exterior contra Macau. Aquando da legislação sobre o artigo 23.º da Lei Básica, em conluio com indivíduos do exterior, tentou ajudá-los a entrar em Macau, a fim de criar a confusão, ofender a população de Macau e atropelar o nosso Direito e a nossa dignidade. A população de Macau ficou altamente indignada com isso, tendo mesmo alguns residentes chegado a protestar no terminal marítimo, o que resultou em conflitos. Não é, pois, demais, apelidar aquele grupo de “Wu Sanguí”¹!

“Cada Estado tem as suas leis, e cada família as suas regras”. É responsabilidade das autoridades policiais salvaguardar a estabilidade e a prosperidade de Macau, assegurar a paz social, defender e aplicar a legislação de Macau, mas isto constituiu motivo para a Associação de Novo Macau apresentar queixa ao CCAC. Que pouca vergonha! Será que existem outros motivos por detrás de tudo isto? Naturalmente, os residentes de Macau sabem a resposta, e vão continuar a apoiar firmemente a Polícia na execução rigorosa da lei, impedindo a entrada de indivíduos perturbadores.

¹ Nota de tradutor: Traidor da Dinastia Ming que ajudou os manchus a estabelecer a Dinastia Qing.

IAOD do Deputado Lau Veng Seng em 12.01.2015

Macau e Portugal têm sempre mantido uma relação muito estreita. Actualmente, a língua portuguesa é falada por cerca de 250 milhões de pessoas, e os portugueses e macaenses que vivem em Macau continuam a ser uma componente muito importante para o desenvolvimento do território. Há que dar importância e valorizar a continuidade da difusão das características culturais e costumes tradicionais de Portugal em Macau, desenvolver as suas vantagens e condições, colaborar com o Governo Central na criação de uma importante plataforma para a cooperação económica entre Macau e a Ásia, pois a língua portuguesa é muito importante, ao nível da cultura, da economia, da ciência e tecnologia, etc.. Para além disso, há que estreitar os laços de cooperação entre ambas as partes, reforçar a formação de talentos bilingues nas línguas chinesa e portuguesa, e elevar o domínio da língua portuguesa dos residentes.

Nestes últimos anos, o Governo criou um sistema aperfeiçoado de formação em língua portuguesa e mecanismos de formação de talentos profissionais bilingues nas línguas chinesa e portuguesa, e os alunos têm oportunidades de estudar português, tanto no ensino superior como no ensino não superior, e segundo os dados oficiais, no ano lectivo de 2013-2014 existiam 77 escolas privadas e públicas, 5 das quais são de língua veicular portuguesa, e o português já é disciplina obrigatória nas escolas privadas - 20 já abriram cursos de português, atraindo a inscrição de mais de 2 mil alunos, 8 criaram cursos regulares de português, 11 criaram cursos complementares de português e 1 criou ambos, e no ensino não superior, cerca de 40% dos alunos estudam português. Nestes últimos anos, as autoridades organizaram acções de formação com várias instituições, nomeadamente, o “Programa de Estudos em Portugal”, o “Plano de Financiamento para a Frequência de Cursos de Docentes de Português e de Línguas” e o “Curso de Verão em Portugal”, o que permitiu a deslocação de alunos locais até Portugal onde puderam experienciar a cultura e praticar a língua. Já participaram nessas acções de formação 200 alunos. Até ao ano lectivo de 2012-2013, foram 90 os alunos provenientes de escolas públicas e privadas que concluíram a sua formação em Portugal e regressaram a Macau para trabalhar nas suas áreas de especialidade. Creio que, com o apoio do Estado e de Portugal, Macau e Portugal têm recursos e condições para criar uma base para a formação de talentos bilingues nas línguas chinesa e portuguesa.

A situação da generalização da língua portuguesa tem melhorado nos últimos anos, mas mesmo assim, desde o regresso de Macau à Pátria, o uso da língua portuguesa ainda não excedeu o das línguas chinesa e inglesa, antes pelo contrário, verifica-se uma tendência de descida. Sendo assim, ainda há margem para melhoria no que respeita à capacidade dos residentes ao nível do português. Macau tem recebido apoio para a sua transformação numa plataforma entre a China e os países da língua portuguesa, e perante isto, os serviços competentes

devem avançar em primeiro lugar com o aumento das capacidades linguísticas dos residentes ao nível do português, e o próximo passo deve ser aproveitar a generalização da língua portuguesa entre os estudantes e caminhar rumo ao aumento da utilização do português em contextos mais específicos.

Assim sendo, sugiro aos serviços competentes que promovam o ensino do português e desenvolvam os respectivos trabalhos em torno de duas vertentes: a generalização e o aumento da utilização do português em contextos mais específicos. Quanto à generalização através do ensino, facultam-se oportunidades de contacto com a língua durante a escola, mas devem ainda ser criados diversos canais para a divulgação periódica de informações e para a aprendizagem da língua, com vista a criar gosto pelo estudo do português. O mais importante é proceder, quanto antes, à definição de planos de formação de curto e médio prazos em língua portuguesa para o ensino secundário. Sugiro que o ensino do português comece logo nos primeiro ano do ensino secundário, com vista a incentivar os estudantes a ocuparem os tempos livres com o estudo da língua, sobretudo nas férias de verão, permitindo-lhes um primeiro contacto com a língua portuguesa para, a partir daí, poderem aperceber-se das potencialidades que a aprendizagem da língua lhes pode abrir, poderem ganhar gosto pela língua e planear o seu estudo a longo prazo. Isto pode permitir aos serviços competentes a recolha de dados sobre o gosto pela aprendizagem da língua portuguesa para, com base nesses dados, ser possível definir a formação a dar aos alunos que frequentam os últimos anos do secundário e que estejam interessados em aprender um português mais profissional. Esta formação deve incluir visitas de estudo que abordem a cultura portuguesa, a fim de permitir que os alunos tomem contacto com a cultura portuguesa, se apercebam das potencialidades da aprendizagem da língua, e do futuro panorama de desenvolvimento dos países onde se fala português, com vista a que possam considerar, o mais cedo possível, se pretendem continuar a estudar português no ensino superior. Quanto aos alunos locais que já dominam a língua portuguesa, para além de lhes facultar formação profissional em português, devem ser-lhes proporcionadas oportunidades de estágio em empresas tanto públicas como privadas, a fim de acumularem experiência. Para terminar, sugiro aos serviços competentes que, aquando da definição da formação em português, alarguem o âmbito dos destinatários, que incluam alunos dos ensinos primário e secundário e trabalhadores, e que definam as vagas com base na oferta e na procura, a fim de facultar oportunidades aos residentes interessados nessa formação para aumentarem os seus conhecimentos e melhorarem as suas capacidades linguísticas, para, com base nisso, se aumentar globalmente a capacidade de Macau ao nível da língua portuguesa.

IAOD da Deputada Chan Melinda Mei Yi em 12.01.2015

Nestes últimos dias, o novo Secretário para os Assuntos Sociais, Alexis Tam, assumiu um compromisso¹ relativo à reforma da saúde e, segundo ele, os futuros 5 anos vão ser gloriosos para o desenvolvimento dos serviços de saúde. A introdução de melhorias no sistema de saúde terá lugar no próximo ano, nomeadamente, o encurtamento do tempo de espera para consulta, a substituição, quanto antes, dos equipamentos em hospitais, bem como o reforço da formação de médicos especialistas. Com este esforço de adopção de medidas para responder às questões de saúde de Macau, claro que são os residentes que saem beneficiados.

Ao longo do tempo, tenho prestado muita atenção às questões do sistema de saúde, incluindo a sua reforma. Já propus, várias vezes, ao Governo que melhorasse os serviços de saúde, tomando como referência os padrões internacionais. Perante as exigências permanentes da sociedade, o Governo disponibilizou já vários planos na área da saúde, incluindo o Projecto de Melhoramento do Sistema de Saúde para os próximos 10 anos e mecanismos eficientes de longo prazo para o sistema de saúde, mas é lamentável que, ao longo destes anos, a reforma não tenha passado de palavras no papel. Apoio os trabalhos do Secretário Tam, e espero que ele dê início, quanto antes, à reforma da saúde. Na realidade, existem muitas deficiências na área da saúde, nomeadamente:

+

Deficiências existentes no sistema de gestão da saúde

Ao longo do tempo, a gestão dos médicos em Macau não tem sido regulamentada, por não existir um regime de credenciação das qualificações profissionais, registo e avaliação dos médicos. A falta de instituições que se responsabilizem pela avaliação profissional e objectiva, bem como a arbitragem dos erros médicos, e a inexistência de um sistema de seguros aplicável ao pessoal médico para resolução dos erros médicos desfavorecem a defesa, de forma justa, dos direitos e interesses de ambas as partes, pessoal médico e doentes.

Insuficiência de instalações e equipamentos

O Governo dispõe do Projecto de Melhoramento das Infra-estruturas do Sistema de Saúde - Projecto de 10 anos, mas, lamentavelmente, quanto às obras públicas, verificam-se frequentemente situações de ultrapassagem dos custos previstos e de prolongamento, por exemplo: a obra do hospital das Ilhas continua a não avançar muito, o que nos leva a recear que não esteja concluída em 2017,

¹ Página A01 do *Macao Daily News*, 6 de Janeiro de 2015

conforme o previsto.

Desprezo pela formação de talentos

Em 2012, havia 3 enfermeiros para cada mil residentes de Macau (o total de enfermeiros atinge 1 751). Se usarmos a população de 2012 para fazer o cálculo e atingir a percentagem de Hong Kong, onde para 1 000 pessoas há 6,1 enfermeiros, Macau precisa de 3 550 enfermeiros, faltando ainda 1 799. Em 2013, o número de enfermeiros de Macau aumentou para 1 854, mas, como os residentes também aumentaram, a percentagem de enfermeiros mantém-se. Actualmente, os enfermeiros provêm principalmente do Instituto de Enfermagem Kiang Wu de Macau e do Instituto Politécnico de Macau, que dispõe do curso de enfermagem, os quais apenas recebem anualmente 130 e 88 alunos, respectivamente. Mesmo que haja jovens interessados em exercer a profissão, o Governo não lhes oferece oportunidades suficientes.

Segundo o Decreto-lei n.º 81/99/M, o quadro do pessoal de enfermagem subordinado aos Serviços de Saúde tem 988 lugares e, até 2012, registavam-se 958 enfermeiros, estando assim quase totalmente preenchido. De entre estes 958 enfermeiros, 316 deles já têm mais de 45 anos. Por outro lado, não temos nenhuns dados estatísticos quanto aos enfermeiros que vão estar em condições de requerer a aposentação em 2017, por isso, é difícil imaginar como é que em 2017 podemos ter enfermeiros suficientes para assegurar o efectivo funcionamento do hospital das Ilhas.

Face às questões do domínio da saúde, apresento as seguintes sugestões ao Sr. Secretário:

1. Definir claramente os objectivos de protecção da saúde. Tendo em conta a tendência do desenvolvimento económico e demográfico de Macau, devem ser definidos planos de desenvolvimento dos serviços de cuidados de saúde, não bastando criar planos simples sobre o número de hospitais e centros de prestação de serviços a construir. Não se deve apenas parar na concepção dos mecanismos eficazes de longo prazo, pelo contrário, devem ser definidos objectivos claros para um planeamento, para o nível de protecção da saúde de Macau atingir um nível equivalente ao dos territórios com igual desenvolvimento.

2. Reforçar investimentos financeiros através de planos. O Governo deve criar um mecanismo permanente para o reforço dos investimentos na saúde, definir claramente, no total das despesas das finanças públicas, uma percentagem para as despesas do domínio da saúde, e reforçar especialmente os investimentos no sistema de saúde pública.

3. Aperfeiçoar as instalações e criar centros de tratamento e reabilitação para os doentes mentais, e as pessoas portadoras de deficiência e de doenças crónicas. Quanto a isto, sabe-se que o Governo já tem planos, no entanto, espera-se que eleve a sua eficiência, para concluir as tarefas nos prazos

previstos.

4. Optimizar os planos de formação de elites da área da saúde, tendo em conta os objectivos dos planos de longo prazo e as exigências do funcionamento das instalações; definir claramente os planos e os meios de formação de diversos tipos de elites da saúde; e alargar quanto antes o quadro de pessoal de saúde do sector público.

5. Aperfeiçoar o regime de gestão dos serviços de saúde. O mais importante é criar e aperfeiçoar os seguintes dois regimes: em primeiro lugar, criar o regime de registo e de avaliação de médicos, por forma a regulamentar a sua gestão; em segundo lugar, criar uma entidade autónoma e profissional para efectuar avaliação e arbitragem, profissional e objectiva, nos casos de erro médico, o que é benéfico para a salvaguarda justa dos interesses das partes envolvidas.

IAOD da Deputada Lei Cheng I em 12.01.2015

Os elevados preços dos imóveis no mercado privado obrigaram muitos residentes a recorrer às habitações públicas para resolverem os seus problemas de abrigo, porém, o Governo da RAEM nunca conseguiu reforçar a oferta dessas habitações devido à escassez de terrenos. O Governo prometeu que ia aproveitar a Zona A dos novos aterros para a construção de 30 mil fracções públicas, mas só em 2019 é que é possível submeter os pedidos, ou seja, o desejo de ter um abrigo da maioria da população não vai ser concretizado a curto prazo. A sociedade espera que o Governo acelere o processo de retoma dos terrenos desaproveitados e os utilize para a construção de habitações públicas.

Em 2010, o Governo da RAEM salientou que ia reforçar o tratamento dos terrenos desaproveitados, isto é, que ia, nos termos da lei, reaver os terrenos que não foram desenvolvidos de acordo com as cláusulas contratuais. No entanto, é lamentável que esse trabalho tenha avançado tão lentamente ao longo destes vários anos, pois só em Abril de 2012 é que o Chefe do Executivo, Chui Sai On, revelou que tinha assinado os documentos para activação do processo de declaração de nulidade da concessão de 10 terrenos desaproveitados. E até agora, o Governo já concluiu os relatórios de análise de 48 casos, e apenas em relação a 20 deles é que foram activados os procedimentos de audiência para declaração da respectiva nulidade ou outros procedimentos legais. O Governo salientou ainda que precisa de mais algum tempo para proceder a análises mais profundas, ou seja, é impossível, a curto prazo, a população conseguir saber dos resultados dessas análises. Ademais, em relação a quase metade dos restantes casos, ninguém sabe do ponto de situação! Será que já foram activados os respectivos processos de declaração de nulidade? Se ainda não, quando é que vão ser activados? Quanto a isto, o Governo continua a manter o silêncio! Resumindo e concluindo, até agora ainda não foi reavido nenhum terreno. De facto, é de ficar desapontado!

O Governo afirmou que dar um abrigo aos grupos mais carenciados é responsabilidade sua e que a construção de habitações públicas é um dos seus principais trabalhos dos últimos anos. A procura de habitações públicas é muito grande, por isso, o Governo tem toda a necessidade de acelerar o processo de retoma dos terrenos desaproveitados, e de concretizar o seu compromisso de reservar os terrenos reavidos para a construção de habitações públicas, no sentido de responder às necessidades da população. Caso contrário, mesmo que assuma mais compromissos, nada se resolve. Mais ainda, no caso dos terrenos que têm mais possibilidade de vir a ser reavidos, deve o Governo começar atempadamente os respectivos trabalhos de planeamento, para quando forem reavidos poderem ser de imediato aproveitados, reduzindo-se assim o tempo de espera. Para além disso, deve ainda prestar esclarecimentos sobre os projectos de construção das habitações públicas, e divulgar a quantidade e a tipologia das fracções, no sentido de permitir que a população fique a par da situação da respectiva oferta, e deve também otimizar os diplomas legais correspondentes, a

fim de conseguir, de facto, responder às necessidades da população.

IAOD da Deputada Kwan Tsui Hang em 12.01.2015

O desenvolvimento acelerado do sector do jogo nestes últimos anos resultou numa luta por recursos humanos nos diversos sectores de actividade, situação que deveria beneficiar a nossa população quanto a opções de emprego e a salários. Entretanto, o Governo não assumiu uma visão prospectiva e global na definição das suas políticas de recursos humanos, recorrendo apenas ao aumento dos trabalhadores importados como resposta à falta de força laboral. Assim sendo, todos os sectores continuam a depender da mão-de-obra barata, negligenciando a necessidade de reter e formar trabalhadores locais, e a sua própria transformação e reconversão.

Até Novembro deste ano, o número de trabalhadores não residentes autorizados pelo Gabinete para os Recursos Humanos ultrapassou os duzentos mil (200 000), e na realidade encontram-se em Macau cento e sessenta e sete mil, duzentos e setenta e dois (167 272) trabalhadores importados. Esta grande oferta desfavorece os trabalhadores locais quanto às opções de emprego, salários e formação profissional, impossibilitando ainda o desenvolvimento sustentado dos recursos humanos de Macau. Para além disso, o elevado número de trabalhadores importados resulta numa grande pressão para a habitação, transportes e instalações sociais de Macau. Actualmente, nos sectores e empresas onde coexistem trabalhadores importados e locais, estes últimos, se não forem croupiers, supervisores ou não ocuparem cargos de gestão, têm percentagens de aumento salarial que ficam muito aquém das do aumento do custo de vida. Estes trabalhadores não partilham dos resultados do desenvolvimento económico, têm que suportar os elevados encargos dos preços e rendas da habitação, dificuldades no acesso aos transportes públicos e ainda as limitações de espaço para viver. Tudo isto contraria a intenção do Governo quanto à melhoria da vida da população através do desenvolvimento económico.

Na altura, o Governo da RAEM confirmou que um dos objectivos a alcançar com a liberalização do jogo era atrair novos investidores para impulsionar o desenvolvimento da indústria das exposições e convenções, das excursões de lazer e do turismo familiar, para, com base nisto, concretizar a meta da diversificação da economia. Macau passou por uma fase de vários anos de desenvolvimento económico altamente rápido, e entretanto, o sector do jogo não conseguiu passar do desenvolvimento “em quantidade” para um profundo desenvolvimento “em qualidade”, nem conseguiu ajudar ao alcançar da meta de concretização do desenvolvimento sustentável e da diversificação da economia, e em consequência disso, verificaram-se distorções no desenvolvimento dos recursos humanos locais.

As receitas do jogo registaram quedas contínuas durante sete meses. Neste período de abrandamento económico e de ajustamentos, com vista a impulsionar a concretização da meta de transformar Macau numa cidade de turismo e lazer, que políticas adequadas e contributivas é que o Governo vai adoptar? Face aos

futuros desafios, considero que devem ser impostos limites ao desenvolvimento do sector do jogo, e o Governo deve empregar mais esforços no seguinte: na fiscalização dos investimentos no sector do jogo, com vista a garantir que os investidores honrem as promessas assumidas no concurso, no aumento das instalações que não têm a ver com o jogo, e no aperfeiçoamento e elevação da qualidade da indústria do jogo. As políticas de recursos humanos não devem continuar a ser apenas reactivas, satisfazendo apenas as necessidades ao nível da quantidade. As políticas devem ser pensadas partindo da situação local e do desenvolvimento sustentável dos diversos sectores, e devem assentar na utilização adequada dos recursos humanos e na elevação da sua qualidade, bem como no alargamento do espaço de emprego, para se conseguirem alcançar melhorias salariais. E mais ainda, devem ser tidos em consideração a dimensão do desenvolvimento económico de Macau e os prejuízos para o espaço urbano, com vista a salvaguardar a ideia de Macau cidade de bem-estar. Só neste sentido é que se pode demonstrar o que significa o desenvolvimento em prol dos cidadãos!

IAOD de Ma Chi Seng em 05.12.2014

O Governo deve definir medidas em prol da continuidade e desenvolvimento das lojas tradicionais e características

Ao longo dos 15 anos que se seguiram ao retorno, o desenvolvimento turístico de Macau avançou rumo a uma era sem precedentes históricos, com os seus excelentes produtos de marca como um dos atractivos para os turistas. Entre as empresas locais, existem bastantes lojas tradicionais com excelentes produtos de marca amplamente acolhidos pelo mercado e que apresentam grandes oportunidades comerciais que, ao mesmo tempo, enfrentam diferentes desafios face ao rápido desenvolvimento. Nos últimos anos, tem-se assistido a notícias sobre o encerramento sucessivo de lojas antigas, o que, na perspectiva empresarial, não passa de uma decisão comercial. No entanto, isto não deixa de fazer soar o alarme do desaparecimento de lojas tradicionais e marcas locais.

O Governo tem defendido o apoio “à criação de marcas de produtos locais, como ‘concebidos e feitos em Macau’”, “a maximização das oportunidades trazidas pela renovação urbana, com preservação das características comerciais das ruelas e pequenas lojas localizadas no Centro Histórico de Macau, e a manutenção do desenvolvimento das pequenas lojas e das lojas típicas e tradicionais, criando-se um ambiente comercial e cultural próprio duma cidade antiga, com vista a revitalizar o comércio”. Trata-se dum plano excelente que carece de pormenores, que devem ser adiantados e concretizados, quanto antes, pelos serviços competentes, por forma a que as PME características da cultura local possam sobreviver e desenvolver-se, mesmo perante as elevadas rendas e salários praticados no mercado.

Passo agora a apresentar cinco sugestões:

Primeiro, fazer um levantamento sobre a situação actual das empresas tradicionais. Os serviços devem fazer um levantamento exaustivo das lojas típicas e tradicionais, nomeadamente quanto ao seu número, estrutura de capital, distribuição, modo de exploração e características do mercado, aproveitando também para se inteirarem das necessidades e das ideias das próprias empresas em relação à continuidade e desenvolvimento das suas marcas.

Segundo, definir, quanto antes, políticas de apoio à continuidade e desenvolvimento das lojas típicas e tradicionais. Os serviços competentes podem estudar e definir políticas sobre a promoção de marcas, a exploração do mercado, o controlo de custos, o aperfeiçoamento e a reconversão, a gestão renovada, etc., dando orientações às lojas que têm excelentes produtos de marca, com vista a apoiá-las no crescimento da actividade e na sua continuidade e desenvolvimento.

Terceiro, atribuir apoios às lojas que reúnem condições. Com vista a

assegurar a continuidade das lojas tradicionais, o Governo deve atribuir apoios financeiros e disponibilizar formação para o pessoal, assim como organizar actividades que permitam momentos de aprendizagem e troca de experiências.

Quarto, incentivar as lojas a adoptar modelos de exploração empresarial. Se bem que sejam inúmeros os meios para assegurar a continuidade das lojas de exploração familiar, a adopção de modelos empresariais assume-se também como um passo muito importante. Para além de implementação de medidas, o Governo deve apoiar essas lojas na formação do seu pessoal, e incentivá-las a adoptarem, gradualmente, o modelo empresarial na exploração das suas actividades, a fim de conseguirem atingir a inovação e o desenvolvimento sustentável.

Quinto, criar uma rua própria para as lojas tradicionais. O Governo deve tomar como referência as experiências bem sucedidas de Pequim e Nanjing, e oferecer condições para a criação duma “rua de lojas tradicionais” nos bairros antigos ou nos novos aterros, a fim de incentivar a concentração de lojas tradicionais ao mesmo tempo que cria mais um ponto de interesse turístico.

IAOD do Deputado Mak Soi Kun em 12.01.2015

Sabe quais são as necessidades reais dos grupos das camadas sociais mais desfavorecidas?

Segundo a imprensa: “Na tarde do dia 19, o Presidente chinês, Xi Jinping, deslocou-se ao complexo de habitação pública localizado em Seac Pai Van, Coloane, para se inteirar, *in loco*, da vida dos residentes”. Em Junho do ano passado, o Chefe do Executivo, Chui Sai On, deslocou-se aos diversos bairros comunitários e, segundo a imprensa: “Chui Sai On, acompanhado pela Assessora do Gabinete do Chefe do Executivo, O Lam, entre outros, deslocou-se às zonas de Horta da Mitra, Fonte da Inveja e Casa Forte, dialogando com os moradores, e alguns deles tomaram a iniciativa de o cumprimentar”. Noticiou-se também que “o Secretário para os Assuntos Sociais e Cultura, Alexis Tam, visitou a Federação das Associações dos Operários de Macau para ouvir as opiniões sobre as acções governativas da área que tutela”. “O Secretário para os Assuntos Sociais e Cultura, Alexis Tam, deslocou-se ao Centro Hospitalar Conde de S. Januário para realizar um intercâmbio com os trabalhadores dos Serviços de Saúde. Alguns médicos queixaram-se da existência de burocracia no hospital, de insuficiência de médicos especialistas e também de formação.” “No passado dia 7, o Secretário para a Economia e Finanças, Lionel Leong Vai Tac, visitou a Associação dos Conterrâneos de Kong Mun e a Aliança de Povo de Instituição de Macau para ouvir as opiniões sobre as acções governativas da área que tutela, nomeadamente, sobre a cooperação regional, o ambiente para o desenvolvimento comercial das PME, o problema de recursos humanos, etc., a fim de as futuras acções governativas responderem efectivamente às exigências sociais.”

Desde as legislativas de 2009 até hoje, a nossa equipa tem feito visitas a famílias nos diferentes bairros da cidade, e realizado trabalhos de acompanhamento e de estudo para dispor de informações de primeira mão. Por exemplo: desde 2009, os trabalhadores da nossa equipa realizaram três visitas a uma família com elementos com deficiência para conhecerem a realidade das suas dificuldades diárias. Nesta família, a pessoa que visitámos, já com mais de 60 anos de idade, é responsável pelo sustento dos três filhos deficientes, e ainda da sogra de 93 anos. Apesar das dificuldades, revelou-se disposta a sustentar a família sem depender dos outros, pelo que vai trabalhar todos os dias e levar os filhos deficientes às aulas no centro de cuidados para deficientes. De acordo com essa pessoa que visitámos, o Governo atribui subsídio às famílias com membros deficientes, mas estas não recebem outro apoio para o seu quotidiano, porque, segundo explicou, nos termos da lei, o Governo não atribui outros apoios às famílias que têm habitação própria. Quando voltámos a visitar essa pessoa para o acompanhamento da sua situação, agora com 63 anos de idade, perguntámos se tinha havido melhoria dos apoios recebidos do Governo. A mesma pessoa respondeu que os apoios continuam a não chegar para as suas necessidades diárias e para resolver as suas dificuldades, explicando-nos que o Governo não

tem realizado efectivamente estudos sobre as reais necessidades, como, por exemplo, na questão de apoios a deficientes, como é o caso dela, com três filhos deficientes, dois deles com deficiência grave, que necessitam de ir todos os dias às aulas do centro de cuidados, e um outro em situação menos grave de deficiência e de deslocação, mas que permanece em casa para ser tratado pela própria. Mensalmente, as despesas básicas despendidas nos centros de deficiência são de mais de 2000 patacas por cada filho, o que representa cerca de 5000 patacas para os 2 filhos. Mais, as despesas com os 2 filhos são grandes, para além das despesas médicas e de outros gastos, com a sogra. Todas estas despesas estão dependentes dos apoios recebidos pela sogra e dos seus próprios subsídios recebidos através do FSS, pelo que a vida é muito difícil. Os seus 3 filhos têm idades compreendidas entre 31 e 41 anos e, como são deficientes, envelhecem mais rapidamente, por isso ela teme que quando a sua idade avançar mais não haja quem cuide deles. Sentimos um aperto no coração com este caso! No que respeita à questão dos transportes, quando os taxistas sabem que os seus filhos são deficientes vão-se logo embora e, mesmo que queiram ir de autocarro, é difícil, pois há muitas pessoas e é muito inconveniente quando se entra ou sai do autocarro, por isso muitas vezes têm de ir a pé. Pelo exposto, ela espera que o Governo perceba todas as suas dificuldades e privações, apoiando-a adequadamente, pois a necessidade dela vai além do apoio monetário, assim como não se pode apoiar da mesma forma todas as famílias com deficientes. Por exemplo: se o Governo definir que 1 pessoa tem deficiência extrema, deve dar um apoio com valor mais elevado, nomeadamente, passar de 1000 e tal patacas para 2000 e tal patacas. Ela espera ainda que o Governo consiga criar um ambiente onde os deficientes possam viver de forma autónoma, sugerindo que se disponibilizem dormitórios onde se possa cuidar destas pessoas, resolvendo assim questões concretas. Mais, quanto à questão das saídas, o Governo deve disponibilizar efectivamente autocarros que os deficientes possam utilizar, permitindo-lhes assim saídas sem obstáculos.

Especialistas e académicos apontam que, perante os casos atrás mencionados, nomeadamente ligados a famílias que têm portadores de deficiência física e mental, o Governo deve definir políticas que permitam aos cidadãos de Macau sentirem o seu carinho e a sua preocupação. Isto é o mais importante. É de elogiar que os dirigentes do novo mandato do Governo visitem as zonas comunitárias para auscultarem as diversas organizações. Mas o que os cidadãos mais desejam é que os dirigentes do Governo possam aprender com o Presidente Xi Jinping, gastando algum tempo para visitar famílias diferentes, nomeadamente, as que têm grandes dificuldades na resolução dos casos a nível jurídico, no sentido de se inteirarem da situação e das dificuldades reais da população. Acho que os casos mencionados são provavelmente a ponta do icebergue, pois há ainda muitos casos por resolver. Por isso, desejo que os dirigentes do novo mandato do Governo desenvolvam mais interacção com os residentes, por exemplo, o contacto periódico com as organizações, independentemente da sua dimensão, e com os residentes da camada de base, a visita frequente às zonas comunitárias e a criação de medidas inovadoras para servir a população.

高天賜 梁榮仔 議員辦事處

GABINETE DOS DEPUTADOS JOSÉ PEREIRA COUTINHO E LEONG VENG
CHAI

INTERVENÇÃO ANTES DA ORDEM DO DIA

Durante vários anos e recorde perfeitamente que em Outubro de 2010, por ocasião das Linhas de Acção Governativas, fiz vários apelos ao Chefe do Executivo, nomeadamente que aproveitasse a oportunidade para lançar uma verdadeira mudança na RAEM: mudança de procedimentos, mudança de hábitos, mudança de mentalidades. Lamentavelmente, manteve-se quase tudo na mesma não obstante o gradual e crescente descontentamento dos cidadãos dos diferentes estratos sociais.

Assim, o que se assistiu desde o estabelecimento da RAEM até a presente data foi uma cultura de falta de transparência governativa, a fuga de responsabilidades, a omissão, camuflagem e maquilhagem de erros e dos problemas conjugada com maciça publicidade de “slogans ociosos” para branquear factos e acontecimentos.

Recentemente, o Chefe do Executivo, agora dotado de uma maior liberdade de escolha dos colaboradores, comparado com as escolhas do mandato de 2009, apresentou uma nova equipa governativa remodelando totalmente a equipa de secretários. O Chefe do Executivo prometeu melhor governação consubstanciada na reforma do sistema de governação. Prometeu reorganizar a estrutura da administração pública e a redefinição das funções dos serviços públicos.

Com a entrada em funções dos novos secretários e os outros titulares dos principais cargos públicos e respectivos colaboradores criou-se uma equipa de “excedentários” que foram “pousando” em diversos serviços e instituições públicas como no Conselho de Administração do Instituto dos Assuntos Cívicos e Municipais (IACM).

Estes “excedentários” somados a outros que foram acumulando após o estabelecimento da RAEM não devem ser considerados como “desperdícios” de recursos humanos como aconteceu frequentemente no passado, colocando-os nas “prateleiras” ou “frigoríficos” de diversas instituições de ensino tais como a Universidade de Macau (UM), o Instituto Politécnico de

高天賜 梁榮仔 議員辦事處

GABINETE DOS DEPUTADOS JOSÉ PEREIRA COUTINHO E LEONG VENG CHAI

Macau (IPM) ou nos gabinetes dos secretários. Será necessário criar condições para que haja uma maior optimização e racionalização dos ditos recursos de acordo com as suas habilitações literárias, experiências profissionais, e respectivos salários constantes nos seus contratos individuais de trabalho.

Os cidadãos exigem que sejam prestados serviços públicos de qualidade. A prestação de serviços públicos de qualidade está associada a um estilo de gestão pública e de transparência destinado à melhoria contínua e voltadas ao combate dos desperdícios humanos e materiais.

Muitos serviços e instituições públicas como o IACM necessitam de serem urgentemente racionalizados e reorganizados de acordo com as novas competências e necessidades.

Desde o estabelecimento da RAEM até a presente data, a máquina administrativa tem tido um peso excessivo em termos orçamentais e de recursos humanos. A teia burocrática continua a ser excessiva e um pesadelo aos cidadãos. Urge combater a todos níveis por forma a aumentar a sua capacidade de resposta, qualidade, eficiência e eficácia das decisões.

Os cidadãos exigem um modelo de gestão orientado para a concretização de objectivos previamente delineados e consequentemente de resultados. Os serviços e instituições públicas têm a responsabilidade de aumentar a transparência governativa e de estarem acostumadas ao uso de tecnologias de informação.

Em suma, os cidadãos exigem um modelo de gestão pública norteado para resultados objectivos e onde a política de emprego e promoção seja baseado na transparência, factor de desempenho e mérito dos seus trabalhadores.

A eficácia só pode ser obtida aumentando a responsabilidade dos interventores, eliminando a centralização e concentração de poderes permitindo que os trabalhadores que estejam directamente em contacto com os problemas tenham cada vez mais iniciativa e capacidade de decisão.

**高天賜 梁榮仔
議員辦事處**

**GABINETE DOS DEPUTADOS JOSÉ PEREIRA COUTINHO E LEONG VENG
CHAI**

Uma boa gestão pública implica uma avaliação rigorosa e constante dos respectivos resultados.

Muito obrigado!

**O Deputado à Assembleia Legislativa da Região Administrativa Especial
de Macau aos 12 de Janeiro de 2015.**

- **José Pereira Coutinho**

IAOD do Deputado Leong Veng Chai em 12.01.2105

Recentemente, têm-se registado vários ataques a polícias da linha da frente em diversos locais do mundo, dos quais resultaram vários feridos e mortos. Estes incidentes tiveram grande impacto junto de alguns polícias que acabaram por abandonar a profissão ou por viver preocupados sempre que têm de aplicar a lei. Alguns polícias sentem que não existe apoio do Governo, o que acaba por ter impacto no moral das corporações. Desde a transferência de poderes que a sociedade de Macau parece estar mais pacífica, no entanto, as questões sociais já começaram a complicar-se, pois a sociedade foi-se desenvolvendo, as fronteiras vão estar abertas durante 24 horas, e as ligações entre as regiões são cada vez mais fáceis. Por exemplo, um condutor ignorou as regras de trânsito para fugir à polícia, e recentemente verificaram-se casos de esfaqueamento de pessoas na rua. Este nível de atrevimento foi raro nos últimos anos, mas agora parece que estamos a voltar ao ambiente social que se vivia quer antes quer nos primórdios da transferência. A gravidade dos incidentes não atinge níveis elevados que possam afectar a segurança pública, mas mesmo assim, podemos verificar que as Forças de Segurança de Macau vão assumir mais responsabilidades face aos novos desafios decorrentes do desenvolvimento social. Perante tudo isto, há que lamentar o facto de o Governo da RAEM ter substituído, em 2007, o regime de aposentação pelo regime de previdência, o que levou a que o pessoal daquelas Forças perdesse garantias e apoio num ambiente de perigo e desafios. Não se deve esquecer que a profissão de polícia é de alto perigo, por isso, o pessoal tem que estar plena e psicologicamente preparado para fazer face a qualquer ameaça à sua própria segurança. Para além disso, após a transferência, o Governo da RAEM nunca construiu “dormitórios” para os trabalhadores da Função Pública, obrigando muitos deles a lutar, com os restantes cidadãos, por uma habitação no mercado, o que acabou por impulsionar, indirectamente, o aumento dos preços dos imóveis. O Governo preferiu optar por usar os seus imóveis para gabinetes e armazéns, ou até por mantê-los desocupados, em vez de os colocar a concurso público para os trabalhadores de categorias mais baixas, por isso, os recursos não estão a ser eficazmente utilizados.

As Forças de Segurança têm de assegurar a segurança pública e também, hoje em dia, de tratar e ajudar a resolver as infracções administrativas cometidas, por exemplo, pelos táxis, e as relativas à poluição sonora e à violência doméstica, entre outras. O pessoal de inspecção está sujeito a restrições ao nível das suas atribuições, portanto, quando os referidos problemas não são eficazmente resolvidos, muitas vezes têm que contar com a colaboração das Forças de Segurança, que assim vêem o peso do seu trabalho agravado.

O novo Governo já está a trabalhar há cerca de um mês e deve preocupar-se em encontrar novos métodos de trabalho, no entanto, tem que estar mais atento ao pessoal da linha da frente e das categorias mais baixas, e que reforçar os apoios ao seu trabalho assim como as suas garantias de sobrevivência, para, com base nisso, ser possível elevar o moral das corporações e salvaguardar a ordem pública e a prosperidade do desenvolvimento económico.

IAOD do Deputado Sio Chi Wai em 12.01.2015

O actual regime das finanças públicas bem como as regras sobre as receitas e despesas do Governo da Região Administrativa Especial são reguladas pela lei do enquadramento orçamental definida, nos anos 80 do século passado. Macau registou um rápido desenvolvimento socioeconómico nos últimos anos, por isso, o papel e a gestão do orçamento têm vindo a ganhar importância evidente. A gestão do orçamento, enquanto meio de governação científica, sustenta o contínuo desenvolvimento socioeconómico, nos últimos anos verificou-se, de facto, uma boa situação das receitas e despesas públicas, embora não tenha sido a ideal. Por exemplo, verificou-se excesso de despesas nas obras públicas, falta de transparência e rigor na elaboração e fiscalização do orçamento, e baixa taxa de execução orçamental, entre outros aspectos. Isto demonstra que o regime financeiro público não se adapta à realidade social de Macau, por isso, há que avançar quanto antes com a revisão das leis conexas, com vista a salvaguardar a razoabilidade e cientificidade do orçamento e a concretizar o princípio da “governação científica”.

A lei do enquadramento orçamental é uma lei fundamental que regula a elaboração, apreciação, aprovação, gestão e execução do orçamento, e é ainda um alicerce do orçamento público, desempenhando um papel muito importante na utilização racional e na gestão dos recursos financeiros públicos. Olhando para os regimes jurídicos das regiões vizinhas, verifica-se que contêm, em regra, princípios importantes, tais como os que passo a referir: primeiro, a manutenção das despesas dentro dos limites das receitas, procurando alcançar o equilíbrio entre as receitas e as despesas; segundo, rigor, operacionalidade e transparência na elaboração e execução do orçamento; terceiro, independência e eficiência na apreciação e fiscalização do orçamento, bem como clareza nas responsabilidades e poderes. Só assim é que é possível salvaguardar a boa gestão das finanças públicas. E quando as receitas e despesas públicas apresentam aspectos negativos, o Governo deve controlar melhor o orçamento, com vista à utilização racional e eficaz do erário público. Devido a factores económicos externos, o imposto proveniente das receitas do jogo diminuiu nos últimos seis meses, e embora as reservas financeiras ainda sejam suficientes, se continuarmos com o mesmo modelo de elaboração e execução do Orçamento e se vier a verificar um verdadeiro “equilíbrio” ou crescimento negativo das receitas financeiras, não vamos conseguir suportar as grandes despesas públicas, e pode haver lugar a uma crise económica. O Governo deve reforçar o seu sentido de risco e pensar na adversidade, bem como aproveitar a actual situação folgada dos nossos recursos financeiros para proceder, quanto antes, à revisão da lei do orçamento, com vista ao saudável desenvolvimento das finanças públicas.

A revisão da lei orçamental deve resultar em mais rigor e fiscalização eficaz no âmbito da elaboração, aprovação e execução do Orçamento, objectivos que podem ser atingidos através do reforço da supervisão e controlo do sistema administrativo, e da fiscalização por parte do Comissariado de Auditoria e da

Assembleia Legislativa. Em segundo lugar, a questão da baixa taxa de execução orçamental pode estar relacionada com as propostas de orçamento por excesso por parte dos serviços públicos, prejudicando a distribuição racional dos recursos financeiros, portanto, há que impor, logo a nível macro, rigor e restrições à execução orçamental, para que o dinheiro seja distribuído racionalmente e seja bem aplicado. Por fim, no que respeita às derrapagens significativas nas grandes obras públicas, não há dúvidas quanto à necessidade de aumentar a transparência da execução orçamental, para se perceber melhor as despesas públicas e permitir que a população fiscalize a situação à luz do dia. Só assim se pode alterar a actual situação de utilização do erário público, e salvaguardar que este seja aplicado de forma científica e racional.

IAOD do Deputado Chan Chak Mo em 12.01.2015

A indústria da restauração tem ocupado, ao longo de muitos anos, uma posição importante na promoção do desenvolvimento económico e na melhoria da vida quotidiana dos residentes de Macau. Em 2013, existiam em Macau 1 663 restaurantes licenciados, um aumento de 13% em relação ao ano passado, cujos rendimentos atingiram cerca de 8,1 mil milhões de patacas, um aumento de 22.7%. No 4.º trimestre de 2014, trabalhavam 53 600 pessoas em hotéis e estabelecimentos de restauração, e no 3.º trimestre de 2014, 18% do consumo dos turistas incidiu sobre comes e bebes.

A gastronomia pode aproximar as pessoas. Residentes e turistas podem facilmente encontrar comidas típicas de Macau, tais como as “natas” e o “chupapau” (sandes de costeleta de porco panada), que atraem muitos turistas. Em Macau há muita gastronomia e lembranças típicas, mas os turistas também podem experimentar a gastronomia internacional nos restaurantes de vários hotéis e em restaurantes com estrelas Michelin. Para além disso, a Rua de Abreu Nunes é conhecida como a rua dos tailandeses, na zona dos três candeeiros encontramos gastronomia birmanesa, e a Rua do Cunha na Taipa e o Largo do Senado na península de Macau são conhecidas como ruas da gastronomia. Para além disso, ainda temos a gastronomia portuguesa que, influenciada pela gastronomia chinesa, indiana e do sudeste asiático, deu origem à gastronomia macaense, com as suas características próprias.

O sector da restauração desempenha um papel importante no desenvolvimento económico de Macau. Para além de criar muito emprego, é um sector importante no desenvolvimento diversificado de Macau. O desenvolvimento de um sector da restauração com características locais permite enriquecer a experiência dos visitantes. A abertura de um restaurante não exige requisitos muito elevados, e os jovens podem adquirir mais experiência de negócio dessa forma. Em Macau, o sector da restauração é constituído, fundamentalmente, por micro, pequenas e médias empresas, portanto, apoiar o desenvolvimento deste sector é apoiar o crescimento daquelas empresas. Enquanto parte integrante da sociedade de Macau, o sector da restauração tem ido ao encontro das políticas do Governo relativamente ao aumento dos produtos turísticos e da competitividade do mercado de Macau, através de iniciativas como o Festival de Gastronomia e o Programa de Avaliação de Serviços Turísticos de Qualidade, em resposta aos esforços realizados pelo Governo nesse sentido. No entanto, este deve dar mais atenção a alguns aspectos que prejudicam o desenvolvimento deste sector, para que sejam encontradas formas para a sua resolução.

No relatório Trade Policy Review da Organização Mundial do Comércio, sobre o actual ambiente de desenvolvimento do comércio em Macau, o aumento dos

custos de produção relacionados com as rendas e a mão-de-obra são referidos como factores prejudiciais à competitividade dos diversos sectores de actividade, excluindo o jogo.

A economia de Macau é micro e faltam recursos naturais. O rápido crescimento económico teve como consequência o aumento contínuo da procura quer de lojas quer de mão-de-obra, e as empresas que constituem o sector de restauração de Macau têm-se deparado com o problema do aumento contínuo dos custos das rendas e da mão-de-obra. A dificuldade de recrutamento de pessoal é ainda mais notória neste momento de quase total emprego, tendo em conta que os trabalhadores dos restaurantes trabalham durante longas horas, mesmo quando os outros estão de férias.

As economias com maior sucesso a nível internacional definem políticas de desenvolvimento económico e industrial por etapas de acordo com as suas próprias condições de desenvolvimento e tendo em conta as exigências de desenvolvimento e as mudanças internas e externas em diferentes períodos. No Interior da China já tiveram início os trabalhos do 13.º Plano Quinquenal (2016-2020), portanto, o nosso Governo deve iniciar, quanto antes, a coordenação dos trabalhos de integração da economia de Macau nas estratégias globais de desenvolvimento económico do Estado, bem como o respectivo planeamento, a fim de serem dadas orientações às entidades públicas e privadas sobre o rumo de desenvolvimento correcto a seguir nos seus investimentos.

Num local com mais de 400 anos de intercâmbio cultural entre o ocidente e o oriente, com cerca de 30 metros quadrados e onde se encontram pessoas das mais diversas origens, criaram-se diferentes costumes, culturas e gastronomia, que se dispersam pelas diversas zonas da cidade. As entidades responsáveis pela cultura e turismo devem colaborar com as respectivas associações para explorar a gastronomia característica de cada zona da cidade, oferecer rendas mais baixas às micro, pequenas e médias empresas típicas das diversas zonas, bem como realizar bem os trabalhos de instalação dos sistemas de sinalização de trânsito e das vias públicas, de sensibilização, de revitalização dos bairros antigos, e de triagem dos visitantes, para que todas as zonas da cidade e as diversas classes sociais possam usufruir dos resultados do desenvolvimento económico.

Com vista ao aumento da eficácia da fiscalização no sector da restauração, o Governo deve juntar num único serviço público as funções que se sobrepõem entre a Direcção dos Serviços de Turismo e o Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais. Deve ainda incluir responsáveis do sector da restauração no âmbito dos trabalhos de consulta sobre as políticas económicas e culturais, para que estas possam adaptar-se melhor às exigências de desenvolvimento do sector.

O sector da restauração pode suprir algumas das implicações decorrentes da falta de mão-de-obra registada nestes últimos anos através do aumento da produtividade dos seus recursos humanos e da utilização das novas tecnologias. Como na sua maioria são micro, pequenas e médias empresas, espera-se que o Governo possa avançar com medidas de apoio adequadas e exequíveis.

Para além disso, incentivar o referido sector a investir na China ou no exterior é também um dos meios viáveis para impulsionar adequadamente a diversificação económica de Macau. Sugere-se ao Governo da RAEM a criação de mais plataformas de cooperação a nível regional e o reforço das existentes, no sentido de reduzir os limites ao investimento fora de Macau. Ao mesmo tempo, devem ser disponibilizadas informações sobre o ambiente de investimento, o mercado e a legislação das respectivas regiões, bem como criados mecanismos de financiamento e de apoio para a resolução de litígios jurídicos, com vista a diminuir os custos e os riscos das empresas que investem fora de Macau.

No dia 19 de Dezembro de 2014, durante o jantar de boas-vindas oferecido pelo Governo da RAEM, o Presidente Xi Jinping afirmou que “desde que seja correcto o caminho, sejam boas as políticas, haja flexibilidade, e todos estejam unidos, pode sempre fazer-se um grande banquete numa pequena mesa”. O desenvolvimento económico de Macau entrou numa fase de ajustamento, mas acredita-se que com o forte apoio do Estado, Macau vai caminhar melhor e com cada vez mais estabilidade.

IAOD do Deputado Ng Kuok Cheong em 12.01.2015

Em 15 de Agosto de 2013, o Chefe do Executivo prometeu publicamente, na Assembleia Legislativa, que ia resolver o problema do levantamento antecipado da pensão para idosos, pois resultou em prejuízos para os que aderiram. Passado um ano e, após o estudo do relatório actuarial, o Chefe do Executivo e os ex-Secretários nunca manifestaram a sua posição sobre o assunto, e só os dirigentes do Fundo de Segurança Social arranjam pretextos para fugir à questão. Solicito agora ao Chefe do Executivo e ao Secretário para os Assuntos Sociais e Cultura que acompanhem o assunto e não enganem mais cerca de 40 000 idosos.

O Governo da RAEM decidiu aumentar o valor do Risco Social para 3920 patacas. Muitos idosos referiram aos deputados que o valor da pensão para idosos também deve ser ajustado, para eliminar o alargamento da diferença entre o seu valor e o do Risco Social. Mas os que pediram a antecipação da pensão para idosos, porque acreditaram na campanha promovida pelo Governo, sofrem efectivamente prejuízos face ao ajustamento do valor desta pensão, pois o Governo não adoptou medidas adequadas e estão inquietos, perante esta contingência.

Com o aumento do custo de vida, o Governo aumentou o valor do Risco Social para 3920 patacas. Deve também concretizar o mais rápido possível o aumento do valor da pensão para idosos.

Cerca de 40 mil idosos pediram a antecipação da respectiva pensão e estão a sofrer prejuízos relativamente graves. Os dirigentes, no momento da mudança dos regimes, adoptaram uma fórmula que pressuponha a estabilidade do regime, para incentivar os residentes a levantarem antecipadamente a referida pensão, mas isso está a prejudicá-los. Na criação da Lei n.º 4/2010, foi introduzido o mecanismo de levantamento antecipado da pensão para idosos, mas o Governo não referiu então a ideia de aumentar o valor da pensão para idosos para o aproximar do valor do Risco Social. Se o valor da pensão para idosos se mantiver no âmbito de 3,5%, percentagem do aumento anual constante do relatório actuarial, o referido mecanismo de levantamento antecipado, ou seja, levanta primeiro e desconta a seguir, não está equilibrado. Se a percentagem do aumento anual for de 3%, os aumentos desde o ano de 2011 são de apenas 10,87%, mesmo calculados com base nos juros compostos. Só que o valor da pensão para idosos, que era muito inferior ao do Risco Social, aumentou progressivamente graças às políticas lançadas, isto é, de 1700 patacas, em 1 de Janeiro de 2011, quando se passou a poder levantar antecipadamente essa pensão, para o valor actual de 3180 patacas, com uma percentagem de aumento de mais de 87%. Perante a referida fórmula, os idosos sofrem grandes prejuízos.

São cerca de 40 mil, os idosos que pediram a antecipação da sua pensão, por

terem acreditado nas campanhas promovidas pelo Governo, e que, após as actualizações da mesma, já sofreram prejuízos efectivos. Assim, esperam que o Governo adopte medidas de resolução, tais como, aos idosos com mais de 65 anos de idade que pediram antecipação, não efectuar nenhum desconto na parte correspondente ao valor aumentado da pensão, por forma a evitar o aumento das perdas. O FSS receia que esta medida possa fazer com que o valor dos benefícios a receber pelos idosos que optaram pela pensão antecipada seja superior ao dos benefícios a receber pelos idosos aos 65 anos. Mas, no relatório actuarial divulgado pelo FSS, não há nenhuma referência à percentagem do ajustamento do valor da pensão nos últimos anos em que é permitida a antecipação, que já excedeu os 87%. Sempre que o valor da pensão para idosos for ajustado, maiores serão as perdas para aqueles que optaram pela antecipação. A perda acumulada por idoso já excedeu as 50 mil patacas e os idosos vão continuar a ter de suportar mais prejuízos, sempre que a respectiva pensão for alvo de ajustamento. Na verdade, essa perda já excedeu de longe o valor do benefício correspondente à antecipação.

Na minha opinião, a adopção de medidas pelo Governo para fazer face à questão dos idosos que já estão a sofrer perdas acumuladas de mais de 50 mil patacas não vai violar o princípio de justiça. Assim sendo, neste novo ajustamento da pensão para idosos, o Governo deve, com determinação, definir o seguinte: aos idosos com mais de 65 anos de idade que pediram antecipação, não efectuar nenhum desconto na parte correspondente ao valor aumentado da pensão, por forma a evitar o aumento de perdas.

IAOD do Deputado Au Kam San em 12.01.2015

É necessário implementar com afinco a diversificação da economia, devido ao alarme que está a soar pela descida dos rendimentos sobre o jogo.

A implementação de uma economia diversificada em Macau é um desejo do Governo Central e seria uma das saídas para o desenvolvimento da economia, que agora só depende da indústria do jogo. Mas, desde há vários anos, a economia diversificada não passa de um *slogan* do Governo da RAEM, pois não houve nenhuma implementação efectiva. Mais, com o desenvolvimento anormal do jogo, os rendimentos sobre esta indústria tornaram-se cada vez maiores, e o Governo ficou de braços cruzados. Como a diversificação da economia não passava de um *slogan*, o Governo Central ficou desiludido com o Governo da RAEM e definiu Macau como “Um centro mundial de turismo e lazer”, para definir um rumo de desenvolvimento. Porém, isso também não deu nenhum resultado. Há muito que os dirigentes de Macau não têm vergonha na cara, pois o Governo Central estipulou que se devia desenvolver Macau como “Um centro mundial de turismo e lazer”, mas estes dirigentes nada fizeram, a não ser apregoar com ênfase este *slogan*. Nos últimos anos, para além do aumento constante do número de visitantes apenas devido às políticas do Interior da China, não conseguimos encontrar outros atractivos na indústria do turismo, pois, para além do Centro de Ciência e Tecnologia e da Casa do Mandarim, não encontramos em Macau nenhum parque temático (Parque Oceânico, Centro de Produção Cinematográfica e TV Ásia Oriental, e Hello Kitty Land, é tudo uma miragem). Não foi adicionado qualquer *hardware* próprio de uma cidade turística e, quanto ao lazer, este está cada vez mais longe de se atingir.

A indústria do jogo é facilmente afectada por factores externos.

Como não se consegue concretizar a diversificação da economia, Macau está cada vez mais dependente da indústria do jogo, tendo atingido um ponto bastante preocupante. Todos sabem que esta indústria é facilmente afectada por factores externos, caso aconteça algo nas outras regiões, nomeadamente, epidemias, guerra ou instabilidade a nível dos mercados financeiros, levando a graves transtornos na mesma. Por exemplo, em 2008, o *tsunami* financeiro conduziu a vários despedimentos. Actualmente, registam-se 7 meses consecutivos de crescimento negativo nos rendimentos sobre o jogo, devido ao combate à corrupção no Interior da China, e esse crescimento negativo não vai parar ainda. Há quem diga que a indústria do jogo vai entrar numa fase de baixa.

Na realidade, toda a gente sabe que não é saudável uma cidade depender plenamente do sector do jogo. Mas, mesmo que Macau promova esforços para ter sucesso na diversificação industrial, é inevitável ainda a sua dependência destas receitas. Isto, porque não existe ainda outro sector semelhante ao do jogo, que paga ao Governo os impostos correspondentes a 35% das suas receitas brutas. Portanto, é de reconhecer que os impostos do jogo continuam a ser as receitas

principais da RAEM e a situação vai continuar por muito tempo. Se a diversificação industrial for bem desenvolvida, vai contribuir, claro, para um maior suporte à economia, o que é melhor do que depender apenas do jogo, ou seja, é mais seguro não colocar os ovos todos só num cesto. De facto, o desenvolvimento industrial tem por objectivo considerar não só as receitas, mas também a saída profissional dos jovens, para alterar a actual situação de se limitarem a ser funcionários públicos ou trabalhadores no sector do jogo.

A queda sucessiva das receitas do jogo, nos últimos sete meses, de facto é um alerta em relação ao nosso desenvolvimento económico, para o Governo não continuar a desejar manter a subida significativa das receitas do sector predominante, e ter a determinação de desenvolver a diversificação da estrutura produtiva de Macau. É de salientar aqui que o investimento deve ser feito em Macau, e não noutras regiões. Não se deve pensar em construir outro Macau fora de Macau, como referiu o Chefe de determinado Gabinete.

Será que Macau tem oportunidades para promover a diversificação económica? É uma dúvida que se levanta. Só que, enquanto cidade em desenvolvimento, já é *per se* uma grandiosa e relevante oportunidade se se afirmar como Centro Mundial de Turismo e de Lazer. Portanto, para a sua concretização, há que estudar e analisar, seriamente, que elementos se exigem a uma cidade de turismo e lazer a nível global. Destes, quais são os que Macau já tem e como os consolidar e desenvolver? E quais os que não tem e como os criar? Será que serão criados como se fosse um empreendimento público ou público-privado, ou até mesmo de iniciativa privada, através de políticas privilegiadas? Se vingar a segunda alternativa, então abrir-se-á um volumoso espaço de investimento no mercado, o que não só vai contribuir para a afirmação de Macau como cidade de turismo e lazer a nível mundial, mas ainda para lançar os alicerces para a diversificação económica. O mais importante de tudo é que esses investimentos sejam feitos localmente e não enviados fora para serem aplicados noutros locais.

Além disso, o outro sentido que representa a queda em sete meses consecutivos, para a China, é o “estancar da hemorragia”. É consabido que os principais clientes dos casinos são chineses, pois é de crer que 70% dos 360 mil milhões de patacas dos rendimentos arrecadados em 2013 pelas operadoras do jogo vieram da China Continental – a típica “hemorragia”. E todos compreendem que o crescimento económico de uma região não pode ser mantido, à custa de exaurir os outros. Então, o que é que isto significa para a China? Significa corrupção, falência de empresas e tragédias sociais e familiares, pois são incontáveis os jogadores chineses que perderam em Macau a família, o emprego e ainda a vida, só que não em solo local, mas no seu sítio de origem. Importa referir que, apesar de nos passarem despercebidas, não significa que estas situações não ocorram. Portanto, para os operadores do jogo de qualquer país ou território, quanto mais lucros melhor, mas esta filosofia não se aplica a Macau, porque se traduz em muitos danos para o País. O jogo é, sem dúvida, o pilar económico de Macau, logo, não podemos deixar de depender dele ou de ficar sem casinos, mas a insaciedade por lucros é intolerável. Aliás, pelo menos, não

devemos esperar por muitas e muitas receitas do jogo, pois, por mais que seja o seu montante, não deixam de ser apenas dígitos acrescentados aos saldos financeiros, porque isto faz apenas encher os bolsos das operadoras e criar o desespero em muitas famílias. Portanto, ajustar para baixo as receitas do jogo, desde que não conduza a uma situação financeira deficitária para a RAEM, permite menos “derrame de sangue” ao País e, para os compatriotas da China Continental, reduz a ocorrência de tragédias familiares e pessoais. Como chinês, isto representa um motivo para ficar alegre ou triste? Creio que a melhor forma de expressar o real amor à Pátria é “amar a Pátria mais do que ao dinheiro”.

IAOD da Deputada Chan Hong em 12.01.2015

Combate constante à criminalidade informática e reforço da consciencialização sobre a segurança na internet

O recente incidente de burla na internet, envolvendo um polícia da UTIP que escondeu o seu estatuto para obter mais de mil fotos de mulheres nuas e que é suspeito de ter violado algumas raparigas menores, teve grande eco na sociedade.

Para combater os diversos crimes informáticos, em 2009, a Assembleia Legislativa aprovou a Lei de combate à criminalidade informática. Em 2010, a Secção de Investigação de Crimes Informáticos subordinada da Polícia Judiciária transformou-se em Divisão, e entretanto, foi criada mais uma Divisão de Informática Forense para combate aos crimes informáticos e na internet. Contudo, a tendência deste tipo de crimes em Macau demonstra que a situação não é nada optimista. Segundo consta, a PJ depara-se com várias dificuldades, nomeadamente, ao nível da detecção, investigação e perseguição. No âmbito da perseguição, a falta de um regime de cooperação judiciária e de normas de extradição dificultam o tratamento dos crimes transfronteiriços. Portanto, está visto que a Lei de combate à criminalidade informática não consegue dar resposta às novas formas que esta vai assumindo, por isso, a sua gravidade está a aumentar, e o Governo tem então de adoptar, em tempo oportuno, as devidas medidas.

No Relatório do Estudo sobre as Razões e o Vício da Internet dos Jovens de Macau, divulgado pelo Instituto de Acção Social em 2012, refere-se que 22,6% dos jovens de Macau estão viciados na internet, uma taxa inferior à de Hong Kong mas superior à do Interior da China. Os jovens com idades compreendidas entre os 13 e os 18 anos e com níveis de escolaridade mais elevados são os que têm mais possibilidade de se viciarem na internet¹. A qualidade das informações que abundam na internet é variável, portanto, há que dar atenção aos jovens, a que website acederam, o que estiveram a fazer na internet, com quem mantiveram contacto, etc.. O Governo, as escolas e as famílias devem colaborar na orientação dos residentes, em particular dos jovens, para a utilização racional e segura da internet.

Com vista a combater a criminalidade informática e a activar os respectivos de trabalhos de educação e divulgação, creio que é indispensável desenvolver devidamente os trabalhos seguintes:

1. Rever, quanto antes, a Lei de combate à criminalidade informática e ouvir a população sobre essa revisão, activando assim o processo de revisão para se resolver, especialmente, a criminalidade informática transfronteiriça;

¹ Instituto de Acção Social: Relatório do Estudo sobre as Razões e o Vício da Internet dos Jovens de Macau, 2012.

2. Rever os efeitos da execução da lei e da aplicação de medidas preventivas da criminalidade informática por parte dos diversos serviços públicos, reforçar a recolha de informações via internet, e proceder a contínuas avaliações e balanços, inovando nas metodologias de trabalho e elevando a respectiva eficácia;

3. Reforçar a divulgação e popularização da lei, especialmente junto da juventude e estudantes, e recorrer a diferentes meios, nomeadamente, à internet, para reforçar o sentido de protecção da privacidade e dos bens dos seus utilizadores;

4. Avançar nos bairros comunitários e nas escolas com trabalhos educativos no âmbito da utilização saudável da internet e da educação sexual, e destacar psicólogos para as escolas, a fim de apoiar os jovens viciados na internet.